

# O EXTREMO OESTE PARANAENSE E O IMPACTO SOFRIDO PELA CONSTRUÇÃO DA USINA DE ITAIPU

*Ivone T. Carletto de Lima*<sup>1</sup>

## **Resumo:**

Este artigo pretende analisar o impacto provocado pela construção da hidrelétrica de Itaipu no extremo oeste paranaense, sendo que, o principal deles está relacionado ao deslocamento de um grande contingente populacional. Para a formação do seu reservatório, a empresa teve que desalojar milhares de famílias, alagar vilas e comunidades inteiras que haviam construído ali suas vidas, criado seus filhos; além disso, o impacto sobre a natureza, quedas d'água, lugares históricos que, provavelmente hoje seriam verdadeiros sítios arqueológicos, pois inclusive indígenas tiveram que ser deslocados. As tensões geradas pelo impacto de uma grande usina nem mesmo o tempo poderá acobertar.

**Palavras-chaves:** impacto, reservatório, natureza, terras.

## **Abstract:**

This article seeks to analyse the impact provoked by the construction of the Itaipu hydroelectric in western of Paraná, and the principal one rebated to the displace of a large group of people. For the establishment of Itaipu reservoir, the company had to expel thousands of families to overflow towns and hamlets which had settled down their lives there, brought up their children. Besides that, the impact concerning nature, the resources, water falls, historical places, that maybe "now-today" would be real archaeologic sites, because even the Indians had to be deslocated. The tensions perpetrated by the impact of a such a large hidroeletrical plant not even time will be able to conceal, the time won't get to cover.

**Key-words:** impact, reservoir, nature, lands.

---

<sup>1</sup> Professora do CEFET-PR, da unidade de Medianeira, Mestre em Movimentos Sociais da História pela UNESP-SP e doutoranda em História Social pela Unioeste-Universidade do Oeste do Paraná e UFF-Universidade Federal Fluminense-RJ. [Ivonelima@certo.com.br](mailto:Ivonelima@certo.com.br)

## 1. INTRODUÇÃO

Este texto pretende apresentar uma discussão sobre uma polêmica ainda existente nas construções de barragens. Trata-se do impacto que essas construções causam no meio ambiente e na população atingida. Essa discussão tem sido avivada e tomou grandes proporções a partir do movimento encampado pelos atingidos pela usina de Itaipu: o Movimento Justiça e Terra. Diante disso, torna-se interessante analisar o contexto em que aconteceram os embates, principalmente a construção da barragem e a literatura escrita sobre o assunto.

Sendo o Brasil um país capitalista, seguindo o modelo econômico que visava ao desenvolvimento industrial, em sua busca de acumulação de capital, a produção energética passou a ser de vital importância para cumprir esse papel. Para realizar essa tarefa, como parte desse processo, se justificava a construção da hidrelétrica de Itaipu que, deveria abastecer principalmente, o Estado de São Paulo, centro industrial do País.

## 2. A REPERCUSSÃO

A instalação da usina de Itaipu no extremo oeste paranaense teve uma significativa repercussão, envolvendo os mais diversos aspectos sociais, econômicos e culturais da região.

Todos os organismos ligados à política econômica que visava ao desenvolvimento industrial brasileiro e que se beneficiaram com ela, em todos os âmbitos, nacional, estadual ou regional, teceram louvores à grande construção. Como exemplo têm-se: as agências de turismo, os cartórios, as agências bancárias, o comércio, o mercado imobiliário e, sem dúvida, o mercado paraguaio que, “passou a ser uma extensão do nosso mercado, quer seja para colocação direta de nossos produtos quer seja para ampliação do capital nacional lá aplicado” (GERMANI, 1982, p.35).

Contudo, a Itaipu, sendo uma usina de grande capacidade produtiva de energia, conseqüentemente teria que ter, igualmente, um reservatório de grande extensão. Segundo Warren Dean, superando em tamanho as outras hidrelétricas brasileiras, a Itaipu, com 185 metros de altura e 7 quilômetros de largura, fora projetada para inundar 1529 quilômetros quadrados no lado brasileiro e 2260 no lado paraguaio. Tendo ainda, uma área de proteção de 1350 quilômetros quadrados que circundaria a represa (DEAN, 1996, p.310).

Warren Dean, historiador que se preocupou em relatar a devastação da Mata Atlântica que aconteceu de forma impensada, não levando em conta a destruição das matas e dos rios, faz sua análise referente ao que aconteceu com o impacto de Itaipu. O que lhe pareceu mais “incrível” é que o projeto Itaipu permitiu a destruição dos Saltos das Sete Quedas, “a magnífica catarata que há muito tempo havia sido declarada parque nacional”, incluindo nessas perdas, as ruínas,

ainda inexploradas, da Cidade Real del Guairá (DEAN, 1996, p.310).

Com a notícia da formação de um grande lago que cobriria vastas extensões de terras e inclusive as Sete Quedas, no município de Guaíra, turistas do Brasil todo e do mundo se apressaram em conhecer ou ver pela última vez esse espetáculo que a natureza havia ofertado à região do extremo oeste paranaense.

Diante desses fatos, observa-se que, apesar das críticas e contestações, com referência ao lago e às terras que este ocuparia, estas não partiram de ecologistas ou conservacionistas, pois a energia hidrelétrica não era considerada fator poluidor. “A energia hidrelétrica, limpa, aparentemente barata e não poluente, parecia portanto compensar a lamentável falta de navegabilidade dos rios do Brasil, em favor de um objetivo estrategicamente válido” (DEAN, 1996, p.311)

Segundo Warren Dean, os ambientalistas esperavam que a hidroeletricidade incentivasse o reflorestamento e reduzisse a extração da lenha, grande fator de destruição das matas.

Os maiores questionamentos estavam ligados aos moradores da área atingida pelo lago. Só no lado brasileiro, aproximadamente 42 mil pessoas seriam removidas. Calculava-se que “as fazendas submersas teriam produzido 600 mil toneladas de alimentos por ano, uma perda que iria reduzir à miséria os municípios à margem do reservatório” (DEAN, 1996, p.311-12). A preocupação dos municípios atingidos estava principalmente em receber indenizações pelas perdas materiais das quais eram vítimas.

Desta forma, a construção de Itaipu teve, primeiramente, a repercussão da notícia que gerou questionamentos e informações dúbias e que foi seguida pela conscientização da população atingida. E, num segundo momento, a construção de fato que desalojou milhares de famílias para a formação do reservatório da usina.

### 3. ATITUDES DA EMPRESA

Diante dos rumores públicos e de entidades preocupadas com a recuperação histórica da região, a Itaipu contratou arqueólogos que deveriam promover resgate de vestígios arqueológicos dos antigos indígenas que habitavam a área. Houve ainda a preocupação em resgatar animais, como consta no Plano Diretor do Reservatório de Itaipu, que fora criado com o intuito de melhor utilizar o lago e preservar as reservas faunísticas, ecológicas e os seus recursos naturais.

*“Os trabalhos arqueológicos das áreas de inundação são imprescindíveis para evitar a destruição o desaparecimento de importantes e isubstituíveis elementos para uma reconstrução mais satisfatória das várias etapas da ocupação humana nas áreas dos reservatórios, frustrando as possibilidades de comparações com estudos congêneres de outras áreas do país e exterior.” (MULLER, 1995, p.289)*

Desta forma, segundo Arnaldo Carlos Müller, todo o material coletado deveria ficar à disposição de outros cientistas e inclusive do público, em locais como museus ou bibliotecas. Locais estes, que deveriam promover a referida “autovalorização das sociedades ao conhecer seu passado vivencial e a riqueza das suas manifestações” (MULLER, 1995, p.291).

No caso de Itaipu, o material arqueológico coletado, foi reunido em dois locais. Um próximo a usina e pertencente à empresa binacional, conhecido como “ECOMUSEU” e outro, um museu, no distrito de Porto Mendes, município de Marechal Cândido Rondon, ambos abertos ao público.

O impacto, segundo Warren Dean, provocou constrangimentos nos moradores atingidos, pois, teriam que abandonar suas terras produtivas. Em sua análise, o historiador critica novamente o sistema capitalista especulador. Coloca: “Estranho que o governo fosse incapaz de desapropriar latifúndios com o propósito de reforma agrária, embora não tivesse nenhuma dificuldade em desapropriar pequenos produtores com o objetivo de construir barragens” (DEAN, 1996, p.313).

A energia elétrica produzida via usina hidrelétrica é de menor custo ecológico, pois “(...) não se pode negar que a construção de enormes barragens e a formação de grandes represas ou reservatórios artificiais modifica o ecossistema do curso d’água (...)”, modificando o sistema sócioeconômico da região, pois, inunda terras, desapropria áreas urbanas, reassenta populações desenvolvendo novas atividades produtivas. (GARCEZ, 1981, p.3-4)

Todos esses efeitos ocorreram com relação à área atingida pelo reservatório de Itaipu. Alguns municípios perderam área considerável de lavoura e tiveram sua população diminuída.

Ernesto Geisel aprovou a delimitação das áreas necessárias para a formação do reservatório da Itaipu, nos seguintes termos:

*“Art. 1º - Fica aprovada a delimitação das áreas de terra efetuada pela entidade binacional Itaipu, necessária à formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na margem brasileira, na forma do Tratado celebrado em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, situadas nos municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra, no Estado do Paraná, com aproximadamente 100.029ha (cem mil hectares e vinte e nove ares).” (DECRETO FEDERAL Nº 83.225)*

Em seu artigo segundo, o Decreto estabeleceu essas áreas de utilidade pública, para fins de desapropriação. E o Artigo terceiro autorizava a Itaipu à promover essas desapropriações, podendo, conforme o artigo quarto, invocar, para efeito de imissão provisória de posse, de total ou parte da área, decretar urgência no processo.

Os outros artigos do Decreto são relativos às benfeitorias que seriam inde-

nizadas e às florestas que, passaram a ser declaradas de preservação permanente, sendo vedado o “desflorestamento” nas áreas situadas entre a cota 225 e o final da área de proteção.

Através desse Decreto, a Itaipu passou a ter autonomia para desapropriar as terras dos municípios atingidos para proceder a “limpeza” da área designada para a formação do reservatório da usina. Foi esse o momento mais impactante para os expropriados, pois, juntamente com a questão econômica, estava toda uma história de vida e de amor pela terra e por tudo o que nela havia sido construído e que deveria ser abandonado.

#### 4. CONSEQUÊNCIAS DO IMPACTO DO LAGO

Segundo Arnaldo Carlos Müller, cada empreendimento hidrelétrico “impinge um choque cultural na população atingida pela obra do reservatório”. Isso acontece em qualquer parte do mundo e o autor cita como exemplo a represa de Assuã, no Egito, onde os “reassentados” que “nunca antes haviam conhecido privada higiênica, usaram as bacias sanitárias para guardar manteiga, pois descobriram que ali ela se mantinha mais fresca”. Esse exemplo não identifica caso parecido na região onde a Itaipu procedeu indenizações. No entanto, serve para mostrar o impacto na vida das pessoas atingidas, nos seus vários aspectos.

Juvêncio Mazzarollo denomina a Itaipu como “um gigante de quilowatts”, que, somente para construir o canal de desvio, teve que extrair 20 milhões de metros cúbicos de rocha. “O concreto que erguerá a barragem daria para construir 200 estádios do porte do Maracanã ou um prédio de 1000 andares.” (MAZZAROLLO, 1980, p.07) Sua crítica se estende ainda às terras alagadas, afirmando que estão entre as mais férteis do mundo e que isso não interessa aos tecnocratas responsáveis pela construção da usina. Em seus dados coloca que, somente do lado brasileiro seriam deixados de serem colhidas 200 mil toneladas de alimentos por ano, o que, segundo ele, representa “um duro golpe para o Estado do Paraná e para os agricultores”. Outro ponto que considera lastimável é em relação aos 100 mil hectares de terras perdidos por sete municípios e a população que “terá que se mudar sem saber muito bem como e para onde”, e que esse custo humano e social, para o repórter, jamais poderá ser avaliado em dólar pois, “só os que o suportam conhecem sua dimensão” (MAZZAROLLO, 1980, p.07).

O impacto da construção da Usina de Itaipu para o município de Foz do Iguaçu, localização da obra, foi enorme.

*“A cidade de Foz do Iguaçu cresceu violentamente. Passou de 30 mil habitantes em 1970, para mais de 135 mil habitantes em 1980. Cresceu mais de 4 vezes em 10 anos, obtendo essa micro-região do Extremo Oeste paranaense a maior taxa de urbanização do Estado (12,49%), passando de 149 mil em 1970, para 484 mil em 1980.” (CADERNOS DE JUSTIÇA E PAZ, 1983, p.33)*

Segundo os estudos da CPJP-Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, esse crescimento está diretamente ligado à construção da Itaipu, pois esta provocou um deslocamento de uma grande massa humana em sua direção. Eram pessoas que vinham em busca de trabalho: da função mais humilde aos maiores cargos da administração; desempregados, bóias-frias ou trabalhadores assalariados dos municípios vizinhos; e barrageiros de todo o Brasil acostumados a migrarem acompanhando as grandes construtoras de barragens.

Houve aumento das desigualdades sociais e da violência, pois de cidade pequena, interiorana, Foz do Iguaçu passou a ter porte de uma cidade grande, sem ter uma infra-estrutura adequada para tal. A construção da usina necessitou de um verdadeiro “exército de mão-de-obra”. Eram mais de 30 mil pessoas, num ritmo de 24 horas diárias (CADERNOS DE JUSTIÇA E PAZ, 1983, p.35).

Quando as obras da barragem foram concluídas, aproximadamente 25.000 homens ficaram sem emprego, sendo que outros 10.000 teriam o mesmo destino quando da conclusão definitiva da usina. Consta ainda que, 6.263 famílias seriam desapropriadas, “entre eles pequenos proprietários, posseiros e povos indígenas. Daqueles desapropriados, 623 famílias eram posseiros”. Somente na área rural foram 38.445 pessoas, totalizando 42.444 moradores desalojados (CADERNOS DE JUSTIÇA E PAZ, 1983, p.35).

Essas conseqüências tiveram que ser estudadas pela empresa que foi responsabilizada pelas mesmas. No entanto, a Itaipu foi um projeto gerado pelo Regime Militar num momento conhecido historicamente como “Milagre Econômico”, que investiu bilhões de dólares em outros megaprojetos que igualmente tiveram conseqüências desastrosas, além do propósito inicial de proporcionar lucros.

A Itaipu Binacional assumiu os danos do impacto que ocasionou na região, desenvolvendo projetos que amenizassem o impacto sofrido. E, conforme reivindicações dos municípios atingidos, passou a desenvolver planos de compensação econômica e ambiental, entre outros. No entanto, as conseqüências sociais geradas pelo capitalismo emergente no País são visíveis em todos os recantos do Brasil, a exemplo da cidade de Foz do Iguaçu, e envolvem uma problemática maior: as desigualdades sociais provocadas pelo sistema econômico dominante no País.

A formação do reservatório alagou, em 1982, 1460Km<sup>2</sup> de área, implicando no remanejamento de 8.519 propriedades. Essa situação teve como conseqüência, problemas de grandes dimensões para a Itaipu Binacional, dificultando, de início, as relações entre a empresa e as comunidades limítrofes.

O lago de Itaipu, reservatório da hidrelétrica, “além de fornecer a água para movimentar as unidades geradoras, é a base dos programas de preservação da fauna e da flora da região” (ITAIPU E O MEIO AMBIENTE, 1992, p.02). Dos 1460Km<sup>2</sup> de área que formam o lago, 835Km<sup>2</sup> são no Brasil e 625Km<sup>2</sup> no Paraguai. Comporta um volume de água de 29 bilhões de metros cúbicos, com uma renovação que ocorre a cada 40 dias.

Atualmente, nas suas margens, o reservatório possui duas reservas florestais e quatro refúgios biológicos, para abrigar animais resgatados na área alagada, “que somam 32.367 hectares de área, é cercado por uma Faixa de Proteção, reflorestada com 13 milhões de mudas de árvores, equivalente a 63.376 hectares, o que impede o assoreamento e a poluição” (ITAIPU E O MEIO AMBIENTE, 1992, p.02). A faixa de proteção ou de segurança, compreende às oscilações de nível d’água do lago e a área de preservação permanente. Numa largura que varia entre 100 a 500 metros, ao longo do lago, entre os municípios de Foz de Iguaçu e Guaíra, esta faixa compreende aproximadamente 28.000 hectares e caracteriza-se como a primeira do Brasil a ser implantada, devido à atuação da Superintendência do Meio Ambiente da empresa binacional (ITAIPU E O MEIO AMBIENTE, 1992, p.17).

Entre os projetos desenvolvidos na área do reservatório e previstos no Plano Diretor do Reservatório de Itaipu, estão: Perfil Técnico Ambiental, Ações Ambientais, Desenvolvimento Regional, Ecomuseu, Centro de Educação ambiental do Iguaçu (CEAI), Centro de Estudos e Pesquisas (CEPA), Saúde (através da Vigilância Sanitária e Epidemiológica), Saneamento Ambiental, Água Domiciliar (avaliação e recuperação), Projetos Sociais Comunitários ou Econômicos Privados, Manejo de Microbacias, Abastecimento Comunitário, Sedimentometria, Refúgios Biológicos, Reflorestamento., Paisagismo, Viveiros, Pesquisa Florestal, Monitoramento Faunístico, Criadouro de Animais Silvestres, Veterinária e Laboratório de Investigação da Fauna Silvestre. Todos desenvolvidos a partir do Manual de Procedimentos do Plano Diretor do Reservatório, de 1982, ano em que houve a formação do Lago de Itaipu.

*“Além de promover maior integração regional, representa um grande potencial para o desenvolvimento sócioeconômico da região, por sua capacidade para a geração de energia elétrica e pelas múltiplas possibilidades de aproveitamento de suas águas para a navegação, a pesca, o abastecimento de águas às cidades ribeirinhas, o uso para projetos agropecuários, a recreação, o turismo e outros.” (PLANO DIRETOR DO RESERVATÓRIO DE ITAIPU, 1982, p.01)*

Segundo o referindo plano, a prioridade será sempre a produção de energia elétrica, não podendo esta sofrer nenhum tipo de concorrência. E, os habitantes da área de domínio do reservatório seriam atendidos prioritariamente.

O “impacto” ocasionado pela formação de um lago é resultado de uma intervenção vinda de cima e que se reflete na população deslocada, que sofre esse impacto, tendo que migrar para dar lugar aos reservatórios. “Na visão da literatura os ‘impactos’ consistem em respostas culturais da população à intervenção, como se a um estímulo correspondesse à uma reação (resposta cultural/impacto) (SIGAUD, 1988, p.85)”. O que se pode analisar tendo por base a literatura dos impactos de barragens é de que, o que é comum para todas são as conseqüências

sociais, intensas em todas elas, gerando tensões sociais e problemas que o sistema excludente, vigente no País e no mundo, não consegue eliminar totalmente.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CADERNOS DE JUSTIÇA E PAZ. Itaipu, a violência de uma “Grande Obra”. Violência e Organização Popular. Curitiba: CPJP, ano 4, n.5, fev.1983.
- BRASIL. Decreto Federal nº 83.225, art.1º, de 01 de março de 1979.
- DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A História e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GARCEZ, Lucas Nogueira. Efeitos de Grandes Barragens no Meio Ambiente e no Desenvolvimento Regional. *Inter-Facies – Escritos e Documentos*. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita filho”. São José do Rio Preto, 1981.
- GERMANI, Guiomar Inez. *Os Expropriados de Itaipu*. Porto Alegre, 1982. dissertação em Planejamento Urbano e Regional. UFRS.
- ITAIPU E O MEIO AMBIENTE. Tecnologia e Desenvolvimento. Diretoria Geral Brasileira. Superintendência do Meio Ambiente, 1982.
- MAZZAROLLO, Juvêncio. *A Taipa da Injustiça: Itaipu x Agricultores Expropriados*. Foz do Iguaçu: CPT, 1980.
- MÜLLER, Agnaldo Carlos. *Hidrelétricas, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- PLANO DIRETOR DO RESERVATÓRIO DE ITAIPU. Departamento do Meio Ambiente: Itaipu Binacional, set. 1982.
- SIGAUD, Lygia. Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: As Barragens de Sobradinho e Machadinho. In. ROSA, Luiz Pinguelli (coord.); SIGAUD, Lygia (coord.); MIELNIK, Otavio (coord.). *Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares: Aspectos Econômicos, Tecnológicos, ambientais e Sociais*. São Paulo: Marco Zero, 1988.